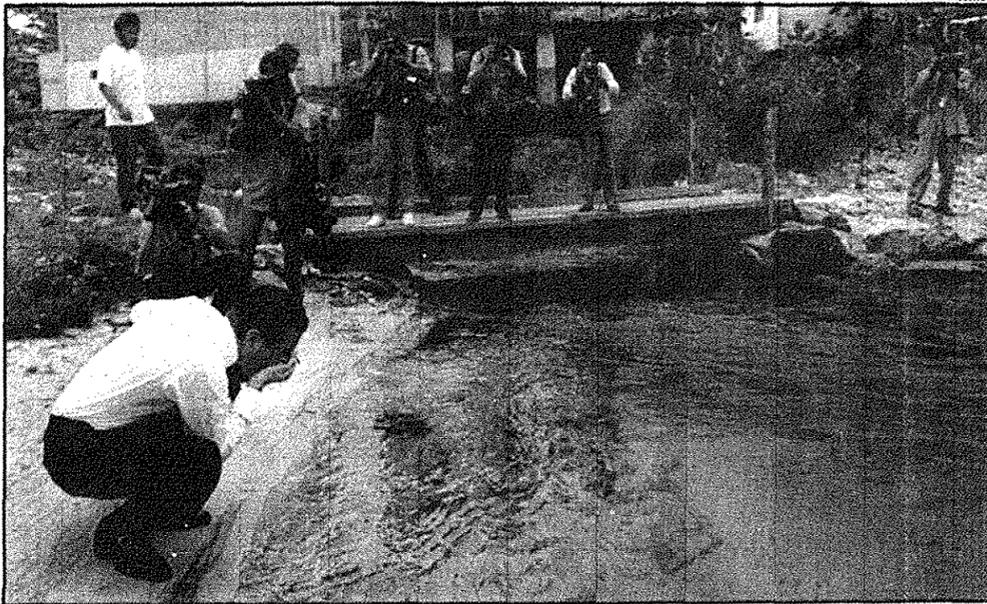


Collor fecha buraco para testes atômicos

GUILHERME EVELIN



Telefoto Luis Antônio

O Presidente Fernando Collor prova a água da barragem que abastece a guarnição da base de Cachimbo

Governo admite finalidade do poço

SERRA DO CACHIMBO — Depois de anos de insistentes desmentidos até sobre a existência do poço na Serra de Cachimbo, o Governo brasileiro finalmente reconheceu, em caráter oficial, que a única justificativa para a sua existência seria o uso para testes de armas nucleares.

— Essa é a única interpretação possível — disse o Secretário de Ciência e Tecnologia, José Goldemberg.

O Secretário nacional de Meio Ambiente, José Lutzenberger, foi ainda mais incisivo:

— Esse poço, que tinha como finalidade servir para experiências atômicas, é produto de um pensamento diferente, de um tempo diferente.

A garantia do Governo é, porém, de que o poço jamais foi utilizado, frisou o Secretário interino de Assuntos Estratégicos, Flávio Rodrigues Duarte. Entre outros motivos, segundo Goldemberg, porque o País ainda não detinha tecnologia para explodir bombas atômicas.

As garantias não serviram, no entanto, para atenuar o constrangimento dos militares, em evidente desconforto com a iniciativa do Presidente. Apesar de o poço ter sido construído a menos de 30 quilômetros da sede da base de Cachimbo, controlada pelo seu Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento (Deped), o Ministério da Aeronáutica não quis assumir nenhuma responsabilidade pela sua construção.

O Ministro da Aeronáutica, Sócrates da Costa Monteiro, não quis dar entrevistas. Através do Porta-voz da Presidência da República, Cláudio Humberto, mandou dizer aos jornalistas que o poço foi construído, entre 1980 e 1981, sem conhecimento do Ministério da Aeronáutica e do Centro Técnico-Aeroespacial (CTA), que faz testes com material bélico no local. Segundo ele, a responsabilidade pela construção do poço é de um oficial da Aeronáutica, cujo nome não foi revelado, que servia, à época na Secretaria-Geral do extinto Conselho de Segurança Nacional (CSN). No início da década de 80, o Con-



lho de Segurança Nacional era dirigido pelo General Danilo Venturini, Ministro-Chefe do Gabinete Militar no Governo João Figueiredo.

A área de Cachimbo, cerca de 4,4 milhões de hectares, pertence ao Estado-Maior das Forças Armadas. A Aeronáutica é a responsável pelas instalações da base. A ela está subordinado também o Grupo Executivo para a Implantação do Campo de Provas de Cachimbo, que, pelo projeto do Emfa, deverá ser utilizado pelas três forças. Segundo Ivan da Frota, o poço está instalado em uma área hoje de responsabilidade da Secretaria de Assuntos Estratégicos, sucedânea do Conselho de Segurança Nacional.

O Chefe do Deped disse ainda que o poço de Cachimbo, há muito tempo, estava abandonado. Dos 320 metros do poço, cerca de 150 estão cobertos por água.

nacionais". Além disso, continuou ele, sua existência está "inteiramente desconcertada" com a política do Governo. A sua invalidação, assinou Flávio Duarte, é a melhor maneira de o Governo encaminhar o assunto de forma "transparente", que deixe claro o respeito ao dispositivo constitucional que proíbe o desenvolvimento de armas nucleares no País, e aos princípios de paz e justiça defendidos pelo Brasil.

O documento do Secretário interino de Assuntos Estratégicos, que está substituindo o titular Pedro Paulo Leoni Ramos, em viagem à Itália e França para contatos com instituições nucleares, foi lido após uma exposição que o Tenente-Brigadeiro Ivan da Frota, Chefe do Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento (Deped) do Ministério da Aeronáutica, fez para o Presidente Collor sobre o campo de provas de Cachimbo.

O Deped, que controla as instalações do campo, será o responsável pelo aterro do poço, que foi especialmente revestido em aço e concreto para suportar os testes nucleares. Para o aterro, segundo calculou o Secretário José Goldemberg, serão necessários pelo menos 500 metros cúbicos de terra e concreto.

Na exposição, o Tenente-Brigadeiro fez um breve relato sobre o histórico do campo de Cachimbo, construído em 1954 para apoiar a rota Rio-Manaus. Em 1971, o Ministério da Aeronáutica conseguiu transformar o campo em área de testes para materiais bélicos. Em 1979, Cachimbo passou à esfera do Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa). Desde 1987, já foram feitas seis campanhas no campo para testes de armamentos e explosivos considerados convencionais.

Depois da exposição, que foi assistida por toda a comitiva presidencial (integravam-na, entre outros, os Ministros da Aeronáutica, Sócrates da Costa Monteiro, do Exército, Carlos Tinoco Ribeiro Gomes, da Marinha, Mário César Flores, o Chefe do Emfa, Jonas Morais de Correia Neto, o Chefe do Gabinete Militar, Agenor Homem de Carvalho, o Secretário Geral da Presidência, Marcos Coimbra, e o Secretário de Meio Ambiente, José Lutzenberger), o Presidente Fernando Collor visitou, de helicóptero, as instalações do campo. Na hidrelétrica que abastece Cachimbo de energia, o Presidente provou a água da barragem e gostou. As 14h10m (horário de Brasília), depois de retirar a tampa do poço que poderia ser usado para testes nucleares e jogar, sob sua chuva fina, as duas pás de cal, decretando o seu fechamento, o Presidente voltou a a Brasília.

Deputado processará ministros militares

MÔNICA MEDEIROS

abertura de qualquer poço que justificasse as desconfianças do parlamentar.

Inconformado com as respostas vagas ao seu requerimento, Feldmann encaminhou ao Procurador Geral da República, Aristides Junqueira, pedido de vistoria na Serra do Cachimbo e a instauração de inquérito civil para apuração de ações que poderiam levar à construção e teste de bombas atômicas.

Diante das informações do Governo, de que em relatório apresentado ao Presidente os ministros militares e o Chefe do Emfa dão conta da existência do poço que poderia ser usado para testes nucleares, Feldmann resolveu processar os dois chefes militares. Se julgados culpados, eles serão afastados de suas funções e não poderão ocupar cargos públicos nos oito anos subsequentes.

Semana passada, o deputado resolveu insistir no assunto e pediu novo requerimento de informações aos militares. Duas horas depois, um funcionário do Emfa telefonou para seu gabinete pedindo cópia do requerimento. No mesmo dia, o Presidente Collor determinou aos ministros militares e ao Chefe do Emfa que lhe informassem se existiam áreas para testes nucleares no País. Na antevéspera, um repórter do jornal americano "The New York Times" entrevistou Feldmann para uma reportagem sobre a bomba atômica brasileira.

Ontem, segundo o porta-voz da Presidência, Cláudio Humberto, Collor recebeu dos quatro militares um relatório que confirma a existência do poço e que ele poderia ser usado para testes nucleares. Imediatamente o Presidente decidiu fechar o buraco.

Reator do Exército foi antiga encomenda

O Diretor Executivo da Área de Radioproteção e Segurança Nuclear da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), Anselmo Paschoa, informou ontem que os contatos entre a comissão e o Exército para o desenvolvimento do Reator Experimental de Irradiação (REI), no Centro Tecnológico do Exército (Cetex), em Guaratiba, foram realizados na gestão anterior e que não poderia fornecer maiores esclarecimentos.

Em entrevista publicada domingo pelo GLOBO, o Secretário de Ciência e Tecnologia do Exército, General Romero Lepesqueur, afirmou que

o desenvolvimento do REI, como passo inicial para o futuro Reator Modular Gás-Grafite de Alta Temperatura, seguia orientação da Cnen.

Paschoa disse desconhecer determinação do Palácio do Planalto para que o órgão não comentasse a revelação pelo GLOBO de projetos secretos do Exército, como informou ontem o jornal "O Estado de S.Paulo". Disse que apenas recebeu a incumbência de centralizar as informações, enquanto o Presidente da Cnen, José Luis de Santana Carvalho, participa em Viena de reunião da Agência Internacional de Energia Atômica.